

Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás

CNPJ: 08.235.587/0001-20



Relatório da Administração

Demonstrações Financeiras e Contábeis

Exercícios em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

CONTEÚDO:

1. COMPOSIÇÃO DE CONSELHOS E DIRETORIA;
2. SOBRE, MISSÃO E VALORES;
3. ORGANOGRAMA;
4. CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS (PPP'S);
5. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO;
6. BALANÇO PATRIMONIAL;
7. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO;
8. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS;
9. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.

Conselho de Administração

Adryanna Leonor Melo de Oliveira Caiado
Presidente do Conselho de Administração

Diego de Oliveira Soares
Fernando de Castro Fagundes
Cláudio André Gondim Nogueira
Francisco Antônio Caldas de Andrade Pinto
Selene Péres Nunes Péres

Conselho Fiscal

Bruno Magalhães D'Abadia
Pedro Henrique Ramos Sales
Adriano da Rocha Lima

Diretoria

Enio Caiado Rocha Lima (até 21/10/2020)
Diego de Oliveira Soares (a partir de 22/10/2020)
PRESIDENTE

Heitor Dias Camargo (até 04/04/2020)
Luiz Ernesto Rodovalho Vilela (a partir de 13/08/2020)
VICE PRESIDENTE

Edson Correia da Silva
CHEFE DE GABINETE

Maxuelo Braz de Paula
DIRETOR ADMINISTRATIVO, DE REGULAÇÃO E GOVERNANÇA

Diego de Oliveira Soares
DIRETOR FINANCEIRO, DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES E NOVOS NEGÓCIOS

Nelson Rodrigues Vilela (até 07/12/2020)
Patrícia Soares de Oliveira (a partir de 23/12/2020)
DIRETOR TÉCNICO

Sobre:

A Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás (Goiás Parcerias), é uma sociedade de economia mista, que tem como principal objetivo colaborar, apoiar e viabilizar a implementação de Concessões, Parcerias Público-Privadas (PPP's) e outras parcerias de interesse para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Goiás.

Missão:

“Nossa missão é dar andamento efetivo aos projetos que contribuam para a sustentabilidade financeira do Estado e tragam infraestrutura e benefícios para a população”.

Valores:

Ética;
Comprometimento;
Excelência;
Inovação;
Governança;
Transparência.

Concessões e Parcerias Público-Privadas

Parcerias Público-Privadas (PPP's) são os múltiplos vínculos negociais de trato continuado estabelecidos entre a Administração Pública e Particulares para viabilizar o desenvolvimento, sob a responsabilidade destes, de atividades de interesse público. São um dos principais instrumentos do setor público para a realização de investimentos em infraestrutura, onde permitem que a União, Estados e Municípios selecionem e contratem empresas privadas que serão responsáveis pela prestação de serviços por prazo determinado.

1. Vantagens:

- Redução das despesas orçamentárias;
- Profissionalização dos serviços prestados à população;
- Gestão eficaz de Processos;
- Maior poder de fiscalização;
- Remuneração do Parceiro Privado vinculada ao índice de desempenho;
- Transparência nos processos;
- Redução de tarifas e melhor prestação de serviço ao usuário final.

2. Tipos de Parcerias:

- Concessão Comum (Tarifas cobradas apenas dos usuários), Concessão Patrocinada (Tarifas cobradas dos usuários com contraprestação do Poder Público) e Concessão Administrativa (Apenas contraprestação do Poder Público). As concessões Patrocinadas e Administrativas são as ditas Parcerias Público-Privadas (PPPs).
- Venda | Venda Parcial | Venda Patrocinada | Arrendamento | Permissão;
- OSCIP | Fundo Imobiliário | SPE | OS.

3. Processos de Parcerias mais utilizados:

- Concessão Comum: É a modalidade de concessão na qual as prestações de serviços públicos são remuneradas por tarifas pagas pelos seus usuários finais, não havendo pagamento de contraprestação pelo Poder Concedente. As receitas de tarifas podem ser complementadas por receitas marginais.
- Concessão Patrocinada: É a modalidade de concessão de serviços públicos na qual, além das tarifas pagas pelos usuários, o Poder Concedente realiza o pagamento de contraprestações pecuniárias ao parceiro privado, de forma a complementar os custos com investimentos, operação, manutenção dos serviços e/ou obras executados como objeto da concessão. Este modelo aplica-se aos casos em que somente a cobrança da tarifa pode representar, para o usuário final, onerosidade, ficando impossível o seu pagamento. Além disso, a remuneração também pode ser complementada por Receitas Acessórias.

- **Concessão Administrativa:** É a modalidade de concessão na qual o Poder Concedente assume a figura de usuário, direto ou indireto, dos serviços e obras compreendidos na contratação, remunerando o Parceiro Privado por contraprestações públicas. A concessão administrativa tem objeto mais amplo do que a concessão patrocinada, por não envolver necessariamente a prestação de um serviço público, mas sim de utilidade pública, que reverta direta ou indiretamente em favor do Poder Público. Ainda, a remuneração pode ser complementada por receitas acessórias

4. Ciclo do Processo de PPP/Concessão:



5. Participação dos Agentes Privados:



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – ANO DE 2020

1. Contexto Operacional:

A Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A, sociedade de economia mista, de direito privado, CNPJ08.235.587/0001-20, situada à praça Ludovico Teixeira, Rua 82, nº 400, 2º andar Palácio Pedro Ludovico Teixeira, Setor Sul – Goiânia – GO – CEP 74.015-908, tem como principal objetivo colaborar, apoiar e viabilizar a implementação de Concessões, Parcerias Público-Privadas (PPP's) e outras parcerias de interesse para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Goiás, conforme artigo 3º de seu Estatuto Social.

A Companhia constitui-se numa empresa para o desenvolvimento econômico e social, destinado a fomentar, coordenar, regular e fiscalizar atividades de agentes do setor público e privado em Concessões, Parcerias Público-Privadas (PPP's) que, na condição de colaborador, atuam na coordenação da implementação das Políticas Públicas, voltado para o desenvolvimento do Estado de Goiás e ao bem coletivo.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos aos Acionistas da Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás (Goiás Parcerias) o Relatório da Administração com os principais resultados e ações alcançados no Exercício de 2020, demonstrando a postura e desempenho da Administração na gestão da Companhia e na alocação de recursos a ela confiados.

2. Desempenho e ações:

O desempenho geral do ano de 2020 da Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás (Goiás Parcerias) ficou dentro do esperado, tendo em vista foram desenvolvidas estratégias para a atividade fim, ou seja, para o desenvolvimento dos Projetos de Parcerias Público-Privadas ou Concessões. Entretanto, a Administração da Goiás Parcerias ainda não gerou receitas que custeasse as despesas no Exercício do ano de 2020.

Ainda, visando o início da execução da estratégia Goiás Parcerias no ano de 2020, o Estado definiu, no mês de outubro/2020, a mudança na diretoria, nomeando uma nova presidência. Neste sentido, a nova direção da companhia promoveu uma série de reuniões com o alto escalão do estado, visando explicar o papel da Goiás Parcerias e se colocando à disposição na atuação em conjunto em projetos de parcerias. A Goiás Parcerias foi mantida financeiramente, no exercício de 2020, por entradas de recursos referente a distribuição de dividendos efetuada pela empresa de SANEAMENTO DE GOIÁS S.A., bem como por aplicações financeiras.

Para o trabalho de Demonstração Contábeis do Exercício de 2020, a Goiás Parcerias contratou, via processo licitatório, a empresa Audimec Auditores Independentes. A Audimec atua nas áreas de Auditoria, Consultoria, Planejamento Fisco-Tributário, Avaliação de Ativos e Empresas, Treinamento e Desenvolvimento Profissional a mais de 40 anos. Seguindo os padrões profissionais e éticos requeridos pelos principais organismos internacionais de Auditoria e Consultoria, a empresa possui uma estrutura eficiente para atender os mais diversos segmentos de negócios para clientes de todos os portes e de natureza pública ou privada.

Conforme mencionado no relatório anual de 2019 a Goiás Parcerias, definiu com o Estado, foram aprovados em reunião, com o Conselho Estadual de Investimentos, Parcerias e Concessões (CIPAC) 5 projetos de Desestatizações de Ativos do Estado de Goiás a serem desenvolvidos:

- METROBUS Transporte Coletivo S/A;
- IQUEGO – Indústria Química do Estado de Goiás;
- CCON – Centro Cultural Oscar Niemeyer;
- Pátio de Veículos Apreendidos;
- Terminais Rodoviários.

Neste sentido, foi elaborado todo os estudos preliminares do Projeto da Metrobus e IQUEGO e enviados para a Secretaria de Estado da Economia, como também foram realizados estudos para o CCON e enviados à Secretaria de Cultura e Goiás Turismo. Além disso, a Goiás Parcerias integrou durante o curso de 2020 ao Grupo de Trabalho dos projetos retromencionados. Primeiro o de Pátio de Veículos Apreendidos juntamente com o Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (DETRAN-GO) e Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP). Em segundo, o grupo de trabalho dos Terminais Rodoviários, juntamente com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação (SEDI).

Ademais, o Estado de Goiás assinou o contrato com o BNDES de quatro projetos para realização de estudos de concessões: (i) Rodovias; (ii) Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco; (iii) Parque Estadual das Serras das Caldas Novas; (iv) Parque Estadual de Terra Ronca. Vale ressaltar que a Goiás Parcerias teve uma atuação na identificação desta oportunidade para o Estado de Goiás, no mapeamento do estruturador do projeto, participou das reuniões com o BNDES no decorrer do ano de 2020 e acompanha o desenvolvimento dos estudos.

Em nosso entender, as ações tomadas, no ano de 2020 pela Diretoria Colegiada da Goiás Parcerias, não foram momentâneos e fazem parte da atividade fim da companhia na viabilização de projetos de parcerias do Estado de Goiás. Desse modo, os trabalhos desempenhados foram coerentes com a Missão, Valores e atividade fim da Goiás Parcerias; e com o Plano Estratégico e PPA 2020-2023 do Estado.

3. Movimentação Financeira – Exercício 2020:

Goiás Parcerias

Movimento Financeiro - Ano 2020

MOVIMENTO	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20
(+) CONTA BANCÁRIA - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$ 244,82	R\$ 245,31	R\$ 245,68	R\$ 246,08	R\$ 246,38	R\$ 246,18	R\$ 246,32
(+) CONTA BANCÁRIA - BANCO ITAÚ BBA	R\$ 1.984.682,61	R\$ 1.445.576,97	R\$ 1.161.137,03	R\$ 843.817,98	R\$ 562.089,82	R\$ 302.300,99	R\$ 52.001,16
TOTAL BANCO	R\$ 1.984.927,43	R\$ 1.445.822,28	R\$ 1.161.382,71	R\$ 844.064,06	R\$ 562.336,20	R\$ 302.547,17	R\$ 52.247,48
(+) INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL - SOCIEDADE MISTA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(+) DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.709.409,09
(+) RETORNO SOBRE APLICAÇÃO LÍQUIDO (- IOF E IRRF)	R\$ 2.154,73	R\$ 1.062,80	R\$ 693,96	R\$ 147,42	R\$ 449,59	R\$ 0,14	R\$ 458,43
(+) OUTRAS RECEITAS	R\$ -	R\$ -	R\$ 200,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL RECEITAS	R\$ 2.154,73	R\$ 1.062,80	R\$ 893,96	R\$ 147,42	R\$ 449,59	R\$ 0,14	R\$ 1.709.867,52
(-) DESPESA COM PESSOAL	R\$ 168.866,37	R\$ 195.412,34	R\$ 198.102,60	R\$ 204.655,34	R\$ 200.103,21	R\$ 189.952,20	R\$ 210.542,52
(-) GPS	R\$ 39.258,62	R\$ 42.850,21	R\$ 51.360,68	R\$ 13.431,67	R\$ 10.486,92	R\$ 10.277,92	R\$ 49.111,63
(-) IRPF	R\$ 35.026,78	R\$ 34.199,16	R\$ 40.138,97	R\$ 43.091,31	R\$ 44.016,31	R\$ 45.435,26	R\$ 41.255,92
(-) FGTS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) FÉRIAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) RESCISÃO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.207,08	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) ASSESSORIA CONTÁBIL	R\$ 4.018,00	R\$ 4.018,00	R\$ 3.981,51	R\$ 4.018,00	R\$ 4.018,00	R\$ 4.018,00	R\$ 4.018,00
(-) AUDITORIA INDEPENDENTE	R\$ -	R\$ -	R\$ 17.181,09	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 18.000,00
(-) PARCELAMENTO FISCAL	R\$ 6.689,54	R\$ 6.713,84	R\$ 6.732,36	R\$ 6.754,06	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) PROCESSOS JURÍDICOS	R\$ 282.477,87	R\$ 399,66	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) ESTUDOS TÉCNICOS	R\$ 2.500,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) DESPESAS COM PUBLICAÇÕES OFICIAIS	R\$ -	R\$ 1.095,06	R\$ -	R\$ 1.635,82	R\$ -	R\$ 448,00	R\$ 324,19
(-) DESPESAS DE CARTÓRIO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 86,45	R\$ -
(-) RECOLHIMENTO DE TAXAS	R\$ 1.936,12	R\$ 252,00	R\$ 633,00	R\$ -	R\$ 633,00	R\$ -	R\$ 633,00
(-) DESPESAS DE VIAGENS/ESTADIAS/ALIMENTAÇÃO	R\$ 324,48	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) SOFTWARE INFORMÁTICA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 271,32
(-) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	R\$ 75,00	R\$ 555,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) TARIFAS BANCÁRIAS	R\$ 5,10	R\$ 5,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) DESPESAS DIVERSAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) ISS RETIDO	R\$ 82,00	R\$ 1,50	R\$ 82,00	R\$ 82,00	R\$ 82,00	R\$ 82,00	R\$ 82,00
TOTAL DESPESAS	R\$ 541.259,88	R\$ 285.502,37	R\$ 318.212,21	R\$ 281.875,28	R\$ 259.339,44	R\$ 250.299,83	R\$ 324.238,58
SALDO FINAL	R\$ 1.445.822,28	R\$ 1.161.382,71	R\$ 844.064,46	R\$ 562.336,20	R\$ 302.547,17	R\$ 52.247,48	R\$ 1.437.876,42

Goiás Parcerias

Movimento Financeiro - Ano 2020

MOVIMENTO	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	MÉDIA ANO
(+) CONTA BANCÁRIA - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$ 246,39	R\$ 246,41	R\$ 246,42	R\$ 246,41	R\$ 246,43	R\$ 246,07
(+) CONTA BANCÁRIA - BANCO ITAÚ BBA	R\$ 1.437.630,03	R\$ 2.826.037,71	R\$ 4.255.304,04	R\$ 5.612.854,82	R\$ 5.193.859,24	R\$ 2.139.774,37
TOTAL BANCO	R\$ 1.437.876,42	R\$ 2.826.284,12	R\$ 4.255.550,46	R\$ 5.613.101,23	R\$ 5.194.105,67	R\$ 2.140.020,44
(+) INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL - SOCIEDADE MISTA	R\$ -					
(+) DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	R\$ 1.709.409,09	R\$ 1.709.409,09	R\$ 1.709.409,07	R\$ -	R\$ -	R\$ 569.803,03
(+) RETORNO SOBRE APLICAÇÃO LÍQUIDO (- IOF E IRRF)	R\$ 352,16	R\$ 363,22	R\$ 646,31	R\$ 129,49	R\$ 395,63	R\$ 496,23
(+) OUTRAS RECEITAS	R\$ -	R\$ 16,67				
TOTAL RECEITAS	R\$ 1.709.761,25	R\$ 1.709.772,31	R\$ 1.710.055,38	R\$ 129,49	R\$ 395,63	R\$ 570.315,92
(-) DESPESA COM PESSOAL	R\$ 178.049,08	R\$ 182.281,80	R\$ 216.171,96	R\$ 256.326,03	R\$ 210.305,28	R\$ 200.897,39
(-) GPS	R\$ 76.037,92	R\$ 39.357,92	R\$ 80.758,58	R\$ 78.040,58	R\$ 54.282,47	R\$ 45.437,93
(-) IRPF	R\$ 48.820,23	R\$ 41.803,29	R\$ 35.990,63	R\$ 45.804,17	R\$ 49.061,24	R\$ 42.053,61
(-) FGTS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 159.383,61	R\$ 13.281,97
(-) FÉRIAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 28.370,13	R\$ -	R\$ 2.364,18
(-) RESCISÃO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 53.580,44	R\$ 5.148,96
(-) ASSESSORIA CONTÁBIL	R\$ 4.100,00	R\$ 4.018,00	R\$ 3.936,00	R\$ 2.902,69	R\$ 4.017,59	R\$ 3.921,98
(-) AUDITORIA INDEPENDENTE	R\$ -	R\$ 2.931,76				
(-) PARCELAMENTO FISCAL	R\$ 13.625,62	R\$ 6.823,02	R\$ 13.666,44	R\$ 6.843,45	R\$ 13.706,06	R\$ 6.796,20
(-) PROCESSOS JURÍDICOS	R\$ -	R\$ 23.573,13				
(-) ESTUDOS TÉCNICOS	R\$ -	R\$ 208,33				
(-) DESPESAS COM PUBLICAÇÕES OFICIAIS	R\$ -	R\$ 5.346,32	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 737,45
(-) DESPESAS DE CARTÓRIO	R\$ -	R\$ 7,20				
(-) RECOLHIMENTO DE TAXAS	R\$ 633,00	R\$ 373,23	R\$ 1.899,00	R\$ 633,00	R\$ -	R\$ 635,45
(-) DESPESAS DE VIAGENS/ESTADIAS/ALIMENTAÇÃO	R\$ -	R\$ 27,04				
(-) SOFTWARE INFORMÁTICA	R\$ -	R\$ 22,61				
(-) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	R\$ -	R\$ 419,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 34,92
(-) MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 123,00	R\$ 477,55	R\$ 102,55
(-) TARIFAS BANCÁRIAS	R\$ -	R\$ 1,40	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1,01
(-) DESPESAS DIVERSAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.099,50	R\$ 258,29
(-) ISS RETIDO	R\$ 87,70	R\$ 82,00	R\$ 82,00	R\$ 82,00	R\$ 82,00	R\$ 75,77
TOTAL DESPESAS	R\$ 321.353,55	R\$ 280.505,98	R\$ 352.504,61	R\$ 419.125,05	R\$ 547.995,74	R\$ 348.517,71
SALDO FINAL	R\$ 2.826.284,12	R\$ 4.255.550,46	R\$ 5.613.101,23	R\$ 5.194.105,67	R\$ 4.646.505,56	R\$ 2.361.818,65

4. Demonstrações Contábeis – Exercício 2020:

4.1 Balanço Patrimonial:

ATIVO		
DESCRIÇÕES	EXERCÍCIO	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A T I V O	-	-
CIRCULANTE		
DISPONÍVEL	4.646.515,56	1.984.937,43
Caixa e Bancos	10,00	10,00
Aplicações Financeiras	4.646.505,56	1.984.927,43
REALIZÁVEL DE CURTO PRAZO	172.139,59	99.145,86
Contas a Receber	172.139,59	99.145,86
Impostos a Recuperar	0,00	0,00
TOTAL DO CIRCULANTE	4.818.655,15	2.084.083,29
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL DE LONGO PRAZO	1.049.952,37	771.482,17
Depositos Recursais em Processos	271.700,00	0,00
Valores Bloqueados Judicialmente	235.489,61	230.594,89
Impostos a Recuperar	542.762,76	540.887,28
INVESTIMENTOS	229.068.171,56	229.068.171,56
Investimentos	229.068.171,56	229.068.171,56
IMOBILIZADO	16.972,11	22.915,11
Imobilizado	16.972,11	22.915,11
INTANGÍVEL	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	230.135.096,04	229.862.568,84
TOTAL DO ATIVO	234.953.751,19	231.946.652,13

PASSIVO		
DESCRIÇÕES	EXERCÍCIO	
	31/12/2020	31/12/2019
P A S S I V O	-	-
CIRCULANTE		
Obrigações Sociais	487.740,46	292.811,94
Impostos e Contribuições a Recolher	92.914,65	67.161,78
Outras Contas a Pagar	14.300,00	14.300,00
TOTAL DO CIRCULANTE	594.955,11	374.273,72
NÃO CIRCULANTE		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		
PATRIMONIO LIQUIDO		
Capital Social	394.333.079,03	394.333.079,03
(-) Capital a integralizar	-40.735.547,38	-40.735.547,38
(-) Prejuízo Acumulado	-119.238.735,57	-122.025.153,24
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	234.358.796,08	231.572.378,41
TOTAL DO PASSIVO	234.953.751,19	231.946.652,13

4.2 Demonstração de Resultado do Exercício (DRE):

<u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ENCERRADO EM</u> 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (EM R\$ 1)			
	NOTAS	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		0,00	0,00
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		0,00	0,00
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		0,00	0,00
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		2.786.417,67	-1.435.345,13
Despesas administrativas		-4.058.109,78	-3.885.933,71
Depreciação e Amortização		-5.943,00	-4.259,97
Despesas Financeiras		-52,44	-1.428,31
Receitas Financeiras		12.765,23	68.363,08
Outras Despesas/Receitas Operacionais		6.837.757,66	2.387.913,78
RESULTADO OPERACIONAL		2.786.417,67	-1.435.345,13
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		2.786.417,67	-1.435.345,13
Imposto de Renda e CSLL		0,00	0,00
LUCRO(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		2.786.417,67	-1.435.345,13
NUMERO DE AÇÕES		394.033.079	394.033.079
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO		0,0071	-0,0036

4.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019				
(EM R\$ 1)				
DESCRIÇÃO	Capital Social Realizado	Capital a Integralizar	Lucros/Prejuízos Acumulados	TOTAIS Saldo s Pat Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	352.591.834,88	41.741.244,15	-120.589.808,11	232.002.026,77
Subscrição de Capital				
Integralização do Capital	1.005.696,77	-1.005.696,77		1.005.696,77
Redução do Capital Social				
Resultado do Exercício		-	-1.435.345,13	-1.435.345,13
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	353.597.531,65	40.735.547,38	-122.025.153,24	231.572.378,41
Subscrição de Capital				0,00
Integralização do Capital				
Redução do Capital Social				
Resultado do Exercício			2.786.417,67	2.786.417,67
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	353.597.531,65	40.735.547,38	-119.238.735,57	234.358.796,08

4.4 Demonstração do Fluxo de Caixa:

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019		
(EM R\$ 1)		
DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Atividades Operacionais	2.792.360,67	-1.431.085,16
Resultado do Exercício	2.786.417,67	-1.435.345,13
Depreciações	5.943,00	4.259,97
Aumento (diminuição) de Ativos	-351.463,93	-112.432,01
Contas a Receber	-351.463,93	-112.432,01
Aumento (diminuição) de Passivos	220.681,39	68.478,05
Obrigações Sociais	194.928,52	102.641,94
Impostos e Contribuições a Recolher	25.752,87	-30.270,33
Fornecedores	0,00	-3.893,56
Outros Passivos	0,00	0,00
Atividades de Investimentos	0,00	-23.365,00
Ativo Permanente	0,00	-23.365,00
Atividades de Financiamentos	0,00	1.005.696,77
Capital Social (integralização)	0,00	1.005.696,77
Capital Social (redução)	0,00	0,00
Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Aumento(Redução) nas Disponibilidades	2.661.578,13	-492.707,35
Saldo Final das Disponibilidades	4.646.515,56	1.984.937,43
Saldo Inicial das Disponibilidades	1.984.937,43	2.477.644,78
VARIAÇÃO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	2.661.578,13	-492.707,35

5. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e Contábeis:

As demonstrações financeiras e contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aos quais abrangem às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76 e alterações posteriores, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis e financeiras foram elaboradas em moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia.

5.1 Sumário das principais práticas contábeis:

As principais práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras são resumidos a seguir:

- **Uso de Estimativas** - A preparação das demonstrações financeiras e contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como esse julgamento envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. São empregadas estimativas para os seguintes registros contábeis relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciação/amortização de ativos tangíveis e intangíveis, provisão para perdas de investimentos, e provisão para contingências.
- **Caixa e Equivalentes de Caixa** - Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.
- **Investimentos** - Os Investimentos em participações societárias em controladas e coligadas, em que haja caracterização de influência significativa da Companhia são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são demonstrados ao valor de custo.

A Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio negativo apurado em coligadas/controladas, pois inexistente obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás.

- **Imobilizado** – O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente. Caso seja identificadas indicadores de perda de valor, imediatamente é constituída provisão para perdas.

- **Propriedades para Investimentos** - As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

- **Ativo Diferido** - refere-se a gastos pré-operacionais, incorridos até 2008. A companhia optou, conforme faculta a legislação vigente no artigo 299-A da Lei 11.941/09, em manter esse saldo no Grupo Diferido, até sua amortização. A amortização é calculada à razão de 10% a.a.
- **Intangível** - Composto de bens e direitos que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível.

O grupo de intangível está representado basicamente por gastos incorridos na aquisição de softwares, deduzidos de sua amortização, a qual é calculada com base em uma estimativa de vida útil (tempo de uso das licenças ou geração de benefícios à Companhia).

- **Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais** - são reconhecidas as obrigações trabalhistas e sociais, obrigações fiscais dentro do próprio exercício.
- **Regime de apuração do resultado** - O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.
- **Imposto de Renda e Contribuição Social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.
- **Lucro / Prejuízo por ação** - O lucro/prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas de encerramento dos balanços.
- **Dividendos** - O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei 6.404/76. Nos termos do estatuto social, atualmente em vigor, pelo menos 25 % do lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.
- **Resultados Abrangentes** - contemplam receitas e despesas e outras mutações que afetam o patrimônio líquido, mas que não são reconhecidos no resultado do exercício, conforme determinam os pronunciamentos, interpretações e orientações que regulam a atividade contábil.
- **Reserva Legal** - constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, nos termos da lei societária e do estatuto social da Companhia.
- **Redução ao Valor Recuperável de Ativos** - A Companhia não efetuou o teste de recuperabilidade de ativos, conforme estabelece as normas contábeis NBC TG 01, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade Res. 1.292/10.

5.2 Caixa e Equivalentes de Caixa:

- **Bancos Contas Movimento:** Apresenta conta de livre movimentação mantida pela entidade junto ao Banco Itaú e Caixa Econômica Federal, onde os saldos são computados pelo movimento incorrido não ultrapassando o valor de mercado.

- **Aplicações Financeiras:**

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais (Caixa Econômica Federal e Banco Itaú).

	2020	2019
Caixa	0,00	0,00
Bancos c/Movimento	10	10
Aplicações Financeiras	4.646.506	1.984.927
TOTAIS	4.646.516	1.984.937

- **Contas à Receber:**

A composição de créditos a receber é a seguinte:

	2020	2019
Governo do Estado de Goiás – CDSA (a)	0,00	0,00
Valores Bloqueados Judicialmente	235.495	230.595
Depósitos Recursais	271.700	
Contas a Receber	507.190	230.595

- **Impostos à Recuperar:**

	2020	2019
IRRF s/ Aplicação Financeira (a)	542.763	540.887
Total	542.763	540.887

(a) Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre rendimentos de aplicação financeira que é compensável com o imposto devido pela empresa com base no lucro real. A estimativa de compensação desses créditos é de longo prazo.

- **Investimentos:**

Os investimentos da Companhia estão divididos em:

	2020
Participações em Controladas e Coligadas (9.1)	223.068.171
Propriedades para Investimento (9.2)	6.000.000
Total dos Investimentos	229.068.171

Investimentos em Participações Societárias em Controladas e Coligadas:

A Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio negativo apurado em coligadas/controladas, pois inexistente obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás. Além disso os investimentos atuais não são passíveis de serem reconhecidos por “Equivalência Patrimonial” conforme a legislação em vigor.

Resumo dos Investimentos em Participações Societárias em Controladas e Coligadas:

Empresa	2020	2019	Método de Avaliação
Saneago (a)	215.575.788	215.575.788	Custo de Aquisição
Ceasa	59.068	59.068	Custo de Aquisição
Codego	7.433.315	7.433.315	Custo de Aquisição
Total	223.068.171	223.068.171	

Propriedades para Investimento:

	2020	2019
Terrenos	6.000.000	6.000.000
Propriedades para Investimento	6.000.000	6.000.000

A Propriedade para Investimento é composta basicamente por um terreno que foi incorporado da empresa Teleporto de Goiás S/A, conforme descrito abaixo:

- 01 imóvel incorporado da empresa Teleporto de Goiás S/A., pelo valor de R\$ 6.000.000, conforme Ata Geral de Constituição, cuja descrição é a seguinte:

“01 imóvel localizado no bairro Serrinha, em Goiânia-GO, lavrado no cartório Souza, livro 00606 folha 033/035, protocolo 30102, escrevente 005, escritura pública lavrada no cartório 4º ofício de notas de Goiânia, livro 704 fls. 89/91 V, registrado no cartório de Imóveis na Primeira Zona de Goiânia, livro 2 folhas 01 RI 33345, delimitada pela Avenida Serrinha e Ruas 1.106, 1.111 e 1.112, perfazendo uma área total de 34.740.021 m²”.

Referido imóvel até o final de 2020 não havia sido transferido em cartório para a Goiás Parcerias, embora já foi tomada a decisão pela Diretoria Executiva e autorizado pelo Conselho de Administração, a devolução deste imóvel ao Estado de Goiás com a consequente redução do valor da participação do Estado no Capital da Companhia.

- **Imobilizado / Intangível:**

Descrição	2020	2019
Equipamentos de Informática	43.946	43.946
Softwares	1.974	1.974
(-) Depreciação/Amort. Acumulada	(28.948)	(23.005)
TOTAIS	16.972	22.915

- **Obrigações Sociais e Trabalhistas:**

A composição das obrigações sociais e trabalhistas é a seguinte:

Descrição	2020	2019
Honorário Diretoria	72.600	105.933
Honorário Conselho Fiscal	10.800	10.800
Honorário Conselho Administração	25.200	14.400
Outros Serviços	379.140	175.979
INSS	39.164	32.135
IRRF	52.875	35.027
Total	579.779	374.274

- **Impostos e Contribuições à Recolher:**

A composição dos impostos e contribuições a recolher é a seguinte:

Fundo Previdenciario	-	793
ISSQN	-	82
Total	-	875

- **Patrimônio Líquido:**

Capital Social:

Capital Subscrito:

Em 08/01/2013, foi realizada Assembleia Geral de Acionistas – AGE, em que foi aprovada aumento do capital social subscrito da Companhia, passando de R\$ 116.881.753 (cento e dezesseis milhões, oitocentos e oitenta e um mil, setecentos e cinquenta e três reais) para R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais).

Em função da Lei Estadual 19.123 de 15 de dezembro de 2015 art. 1º incisos I e II e Assembleia Geral de Acionistas – AGE, realizada em 29 de dezembro de 2015 foi autorizada a redução de capital social subscrito e integralizado da Companhia pelo Estado de Goiás no montante de R\$69.814.537. Desta forma o Capital Subscrito da Companhia que era de R\$500.000.000 passou a ser de R\$430.185.463 em 31/12/2014. Em 2016 com a redução ocorrida com o acerto constante da AGE de 11/08/2016 no valor de R\$ 35.852.383,47 (trinta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos) o capital social passou a ser R\$. 394.333.079,03 (Trezentos e Noventa e Quatro Milhões, Trezentos e Trinta e Três Mil, Setenta e Nove Reais e Três Centavos), valor este que permanece.

Capital Integralizado:

Em 31/12/2020 o capital integralizado da Companhia é de R\$ 353.597.531,65 restando R\$ 40.735.547,38 (Quarenta Milhões, Setecentos e Trinta e Cinco Mil, Quinhentos e Quarenta e Sete Reais e Trinta e Oito Centavos) a integralizar, conforme poderá ser visto na demonstração das mutações patrimoniais.

- **Reserva Legal:**

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 2017 não foi destinado saldo para reserva legal em decorrência do prejuízo apurado no exercício.

- **Dividendos:**

O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei 6.404/76. Nos termos do estatuto social, atualmente em vigor, pelo menos 25 % do lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

No exercício de 2020 não foram destinados dividendos aos acionistas em função dos prejuízos acumulados.

- **Despesas Administrativas:**

A composição das Despesas Administrativas é a seguinte:

De scrição	2020	2019
Pessoal	3.937.212	2.287.205
Serviços de Terceiros	2.500	1.406.828
Despesas com Editais e Publicações	8.849	29.476
Outras Despesas	115.544	168.113
Total	4.064.105	3.891.622

- **Resultado Financeiro:**

O resultado financeiro é apurado através de receitas financeiras, onde são compostas de rendimentos de aplicações financeiras, depósitos judiciais e despesas bancárias em bancos oficiais.

- **Remuneração dos Diretores e Empregados:**

Os membros da Diretoria, Conselho de Administração e do Conselho Fiscal têm suas remunerações fixadas pela Assembleia Geral Ordinária dentro dos limites do Estatuto Social e consequente pela legislação pertinente.

A Sociedade não dispõe de quadro próprio de pessoal, e para a consecução de seus objetivos, conta com a seção de servidores de outros setores da Administração Estadual, para tal designados, e também, com a contratação de serviços técnicos especializados de terceiros, de acordo com a legislação pertinente.

- **Gerenciamento de Riscos:**

A Administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam livres de risco real:

Risco de Crédito:

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos a Companhia tem como política trabalhar com instituições tradicionais.

Risco de Liquidez:

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos e realização de seus créditos. Esse risco vem sendo monitorado pelos administradores e o acionista controlador vem efetuando repasses de recursos para garantia do cumprimento de obrigações da Companhia.

- **Outras Informações:**

Operações com Instrumentos de Derivativos:

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

Eventos Subsequentes:

Não houveram eventos subsequentes, desde a data de 31/12/2020 até a data de divulgação das demonstrações financeiras, que ensejassem ajustes contábeis às demonstrações apresentadas ou divulgações complementares.

Goiânia, 05 Maio de 2021.

DIEGO DE OLIVEIRA SOARES:00370124103 Assinado de forma digital por
DIEGO DE OLIVEIRA
SOARES:00370124103
Dados: 2021.05.05 22:46:52 -03'00'

DIEGO DE OLIVEIRA SOARES
PRESIDENTE

LUIZ ERNESTO RODOVALHO VILLELA:30233690620 Assinado de forma digital por LUIZ
ERNESTO RODOVALHO
VILLELA:30233690620
Dados: 2021.05.05 21:20:32 -03'00'

LUIZ ERNESTO RODOVALHO VILLELA
VICE-PRESIDENTE

EDSON CORREIA DA SILVA:36010103134 Assinado de forma digital por
EDSON CORREIA DA
SILVA:36010103134
Dados: 2021.05.05 17:17:15 -03'00'

EDSON CORREIA DA SILVA
CHEFE DE GABINETE

HEITOR DIAS CAMARGO:01777928176 Assinado de forma digital por
HEITOR DIAS
CAMARGO:01777928176
Dados: 2021.05.05 16:28:31 -03'00'

HEITOR DIAS CAMARGO
DIRETOR FINANCEIRO, DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES
E NOVOS NEGÓCIOS

MAXUELO BRAZ DE PAULA:09125044800 Assinado de forma digital por
MAXUELO BRAZ DE
PAULA:09125044800
Dados: 2021.05.05 21:56:36
-03'00'

MAXUÊLO BRAZ DE PAULA
DIRETOR ADMINISTRATIVO, DE REGULAÇÃO
E GOVERNANÇA

PATRICIA SOARES DE OLIVEIRA:93434901353 Assinado de forma digital por
PATRICIA SOARES DE
OLIVEIRA:93434901353
Dados: 2021.05.05 17:55:48
-03'00'

PATRICIA SOARES DE OLIVEIRA
DIRETORA TÉCNICO

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA:18260730600 Assinado de forma digital por
LUIZ FERNANDO DE
OLIVEIRA:18260730600
Dados: 2021.05.06 11:21:28
-03'00'

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA
TCCRCMG 25.222 S/GO